Conjuntura

Tendências da economia e ajuste do mercado de trabalho brasileiro desde os anos 1990

André Mourthé de Oliveira*
Patrícia Bernardes**
Antonio Carvalho Neto***

Para a economia brasileira, os anos 1990 apresentaram mudanças significativas quando comparados com o ciclo que se iniciou nos anos 30 do século passado. Durante as décadas de 1930 e 1980, a economia brasileira esteve fechada (baixos coeficientes de importação e exportações). Privilegiaram-se o mercado interno e o processo de substituição de importações (passou-se a produzir internamente aquilo que antes era importado). A demanda interna era praticamente cativa, em razão das dificuldades em importar.

Com o esgotamento desse modelo, a partir do final da década de 1980 e durante toda a década de 1990, ocorreu abertura econômica e desregulamentação do mercado, com mudança da lógica de competitividade. A abertura comercial, a privatização das empresas públicas e uma política efetiva de controle da inflação nos anos 1990, para citarmos apenas as mudanças mais significativas, acarretaram profundos ajustes nos mercados de produto e de trabalho brasileiros, notadamente nos anos 1990. As baixas taxas de crescimento médio do produto interno bruto (PIB), conseqüência direta das peculiaridades desse processo de ajuste por que passou a economia brasileira no período, trouxeram crescimento do desemprego e forte expansão da informalidade.

• Texto recebido em 29/10/2004 e aprovado para publicação em 1/11/2004.

* Professor do Departamento de Economia do ICEG e pesquisador do Instituto de Relações do Trabalho da PUC Minas. e-mail: demourthe@pucminas.br.

** Professora do Mestrado em Administração da PUC Minas/Fundação Dom Cabral. e-mail: patib@pucminas.br.

*** Professor do Mestrado em Administração da PUC Minas/ Fundação Dom Cabral e Diretor do Instituto de Relações do Trabalho da PUC Minas. e-mail: irt@pucminas.br.

Devemos nos perguntar, então, quais foram os motivos para o baixo crescimento do PIB nos anos 1990, década que apresentou a menor média de crescimento anual do século 20. Após os insucessos do governo Collor, o Plano Real, implementado em meados de 1994, finalmente conseguiu debelar o processo inflacionário. Mas devemos ressaltar que o custo foi demasiadamente alto graças à política fiscal e ao endividamento externo, principalmente no período 1994 a 1998. A condução do Plano Real pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) combinou valorização cambial e elevadíssima taxa real de juro, significando crescente endividamento interno. Já em 1998, diante de um contexto internacional mais avesso ao risco de investimento em países emergentes, o Brasil foi obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), solicitando um aporte de mais de 45 bilhões de dólares, com o intuito de tranquilizar os credores internacionais. A contrapartida desse aporte de recursos foi a execução de uma política fiscal mais austera (superávit primário público de 3,25% do PIB ao ano) e um ajuste gradual para a redução do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos brasileiro, que, em 1998, girava em torno de 5% do PIB.

Dada a incapacidade de redução de alguns gastos públicos, o governo FHC optou por elevar a carga tributária, e essa se expandiu em quase 10 pontos percentuais, saltando de 26% para cerca de 36% do PIB no período de 1994 a 2002. Esse foi mais um fator inibidor do crescimento econômico brasileiro no período considerado. O impacto sobre o mercado de trabalho foi imediato, e o primeiro sintoma foi a expansão do desemprego, que em média saltou de 5,44% da população economicamente ativa, em 1994, para 7,88% em 2002, ou seja, crescimento de 44,85% no período, segundo a antiga metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE). Se considerarmos a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (PED/DIEESE) para a Região Metropolitana de São Paulo, o desemprego nessa região cresceu de 14,3% em 1994, para 19%, aproximadamente, em 2002, crescimento de 32,6% no período. Segundo o IBGE, o emprego com carteira de trabalho assinada cresceu 3,9% apenas, entre 1994 e 2002, e o emprego sem carteira assinada se expandiu em 32% para o mesmo período assinalado. Considerando ainda que o crescimento dos conta-própria, para o mesmo período, foi de 17,4%, percebe-se claramente a expansão da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Por fim e segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o emprego da indústria paulista era, em dezembro de 2002, quase 30% menor comparativamente à média do ano de 1994.

Entre 2002 e 2003, as condições econômicas indicavam inflação crescente e de dois dígitos e forte crescimento do endividamento público doméstico resultante

da desvalorização cambial excessiva (grande parcela da dívida pública doméstica se encontrava indexada ao dólar). O risco-país naquele momento chegou a quase 2.500 pontos, indicando incapacidade de continuar honrando os compromissos externos, com os juros nominais em ascensão. Com a mudança de governo, a prioridade do governo Lula foi a de combater a inflação doméstica com maior aperto fiscal e monetário, com impactos recessivos óbvios, mas que atendia à outra prioridade, qual seja, ajustar o setor externo da economia brasileira, com o intuito de reduzir tanto a dependência de recursos externos quanto o risco-país.

Já em 2003 o Brasil conseguiu produzir o primeiro superávit em transações externas depois de mais de dez anos, principalmente via crescimento do superávit da balança comercial, que apresentou extraordinário desempenho das exportações. Tal desempenho continua em 2004, depois da redução do PIB em 2003, apresenta taxa de crescimento mais robusta, entre 4 e 5% ao ano. O resultado de 2004 está sendo obtido não apenas pelo esforço exportador, mas também pela recuperação lenta da demanda doméstica, fruto da contínua redução dos juros que o Banco Central vem praticando desde meados de 2003. A reação do mercado de trabalho foi imediata, com redução do desemprego neste ano e com forte crescimento do emprego formal. O ano de 2004 já pode ser considerado como o melhor ano de criação de empregos formais desde 1994, já que, até agosto (nove meses apenas), já tinham sido criados, aproximadamente, 1,3 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais/Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (RAIS/CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse resultado é fruto da expansão dos setores de agronegócio e da indústria, principalmente das atividades voltadas à exportação, que neste ano está crescendo à taxa de 30% ao ano.

E quais são os riscos atuais da economia brasileira? Eles são variados e devem ser atacados conjuntamente. O primeiro se refere à precária infra-estrutura econômica, notadamente em energia, transportes e portos, atualmente os grandes gargalos de nossa economia. Aqui, a expansão deverá ser viabilizada com recursos privados domésticos e internacionais, uma vez que as finanças públicas estão "amarradas" pela execução de uma rígida política de contenção de gastos. Nesse sentido, o marco regulatório torna-se peça-chave para a atração de investimentos novos. Em segundo lugar, a contínua elevação dos preços internacionais do petróleo, que somente neste ano já subiu quase 60%, pode levar a uma inflação maior e a uma redução do crescimento do PIB mundial, com efeitos deletérios sobre o comércio exterior brasileiro. Por fim, o desequilíbrio da economia norte-americana nesses últimos quatro anos tem combinado elevados déficits públicos e em transações correntes, exatamente a combinação "explosiva" que o Brasil experimentou nos anos 1990, trazendo reflexos negativos sobre o crescimento

econômico. Isso significa que os EUA apresentarão, nos próximos anos, crescimento mais reduzido para inverter os dois déficits. Dessa forma, podemos dizer que ainda não adquirimos a sustentabilidade do crescimento econômico, que é o que precisamos continuar perseguindo.